

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E SEGURIDADE SOCIAL

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de 2017, às 8h, reuniu-se ordinariamente, na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Fortaleza, localizada na Rua Doutor Thompson Bulcão, 830, Bairro Patriolino Ribeiro, nesta Capital, a Comissão de Saúde - Seguridade Social e Família. Registradas as presenças dos vereadores Dr. Porto, presidente da comissão; Ziêr Ferrer, Dr. Eron Moreira, Iraguassú Filho; Gardel Rolim e Plácido Filho. Estiveram presentes, além dos vereadores, os representantes do Instituto de Previdência do Município (IPM), o superintendente Sr. Ricardo Santiago e o diretor do Programa de Saúde Paulo Melo. Havendo quórum, foi lida e aprovada a ata da 15ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 08 de agosto. Dr. Porto deu as boas vindas ao novo gestor do Instituto, agradeceu a presença dos convidados e explicou que foi uma sugestão da Comissão convidá-los para informar a atual situação do Instituto. Ainda com a palavra, Dr. Porto disse que já foi superintendente do IPM e, como presidente da Comissão, está disposto a ajudar os gestores da melhor forma possível e interagir com o IPM de maneira positiva e proativa. Em seguida, Dr. Eron também agradeceu a presença dos convidados, contou como conheceu o Sr. Ricardo e o apresentou como uma das pessoas que tem mais probidade e compromisso com a ética e com bom ato de ser gestor. É conciliador e tem compromisso social com a saúde. Dr. Eron explicou que a Comissão está pronta para ajudar e para dar todo apoio que precisar. Finalizou dizendo que a Comissão também é crítica com o que não funciona na gestão e que não tem dúvida que o novo superintendente vai colocar o Instituto no lugar. Passando a palavra para Iraguassú Filho, o vereador disse que o convite foi uma iniciativa importante para que possa conhecer um pouco mais das intenções do novo superintendente dentro da gestão. Informou que no primeiro semestre de 2017, a Comissão esteve no IPM e participou de reuniões, inclusive com os sindicatos. Declarou achar o convite importante para que possa saber sobre as várias demandas que chegam na Comissão em relação aos problemas do Instituto. Ter um conhecimento melhor, principalmente saber os objetivos do novo gestor. Logo depois o vereador Ziêr Ferrer também deu as boas-vindas, disse que na Comissão existem membros ligados à área de saúde e parabenizou essa iniciativa do convite já que na gestão passada era difícil levar algum gestor às reuniões e nesta não está tendo dificuldade. Com a palavra, o Sr. Ricardo Santiago inicialmente agradeceu a oportunidade de poder participar da Comissão de Saúde, disse conhecer os trabalhos da Comissão por já ter sido secretário executivo de saúde na gestão anterior do Roberto Cláudio. Agradeceu as palavras de boas-vindas do presidente da



as dos demais vereadores. O novo superintendente falou um pouco do seu histórico profissional, disse ter trabalhado trinta e três anos como gestor do Banco do Brasil, depois de aposentado foi convidado para trabalhar na Secretaria de Governo e logo depois como executivo da Secretaria de Saúde e lá ficou até o final da primeira gestão do Roberto Cláudio. Na segunda gestão do Roberto Cláudio foi convidado pelo secretário da Secretaria de Planejamento e Gestão (Sepog), Philipe Nottingham, para ser o secretário adjunto, lá permaneceu até o dia 12 de junho de 2017 quando foi chamado para passar uns dias no IPM diante da situação problemática que estava lá. Assumiu no dia 13 de junho de 2017 como superintendente interino do Instituto e no final do mesmo mês foi nomeado efetivamente como superintendente. Explicou que existem dois grandes desafios no IPM, o da previdência, que terá dificuldade se algo não for feito agora. Por conta disso informou que iniciaram um trabalho com um grupo para saber como será resolvido essa questão, que não é só do IPM é a nível nacional, tendo em vista que a grande discussão é em cima da previdência e estão atentos a isso, promovendo ações para que possa subsidiar tomadas de decisões. A outra dificuldade é o IPM Saúde, principalmente o equilíbrio financeiro do Programa de Saúde. Ricardo ressaltou que o IPM não é um plano de saúde. A grande diferença é que o plano obrigatoriamente tem que seguir as regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), já programa não está vinculado às regras da ANS. Hoje, o grande desafio é buscar esse equilíbrio financeiro no IPM Saúde. Atualmente, o IPM Saúde contém 83 mil vidas, são servidores e seus dependentes. Ricardo explicou que logo que iniciou como gestor no Instituto, estava finalizando o período de credenciamento. Sendo assim tomaram a decisão de renovar o credenciamento por um ano e, paralelamente, iniciar um novo credenciamento. Foi formada uma equipe estritamente técnica para avaliar a rede de credenciamento e o seu equilíbrio dessa rede, esse estudo está em andamento e será concluído em três meses. Após a conclusão vai ser lançado, juntamente com o Instituto Municipal de Pesquisa Administração e Recursos Humanos (IMPARH), o novo credenciamento. O superintendente explicou que essa é uma medida fundamental. Outra ação importante foi a criação do Comitê Executivo Administrativo Financeiro, responsável pela gestão administrativa e financeira do IPM. É uma forma de promover uma gestão colegiada. Segundo Ricardo Santiago, essa gestão funciona da seguinte forma: diariamente ele se reúne com diretores de várias áreas e leva à mesa as decisões a serem tomadas. Essa é a forma de gestão que foi implantada e que está sendo conduzido o Instituto. O superintendente frisou ainda que não adianta ter apenas melhorias administrativas e de processos que não acarretam em melhorias para o servidor. Sentido vai fazer quando o beneficiário entender que está sendo feita uma gestão voltada para ele e na busca do melhor serviço na melhor forma possível. Uma das melhorias que foi resultado dessas reuniões foi com a área de pensão. O beneficiário demora de dois a quatro meses para ser beneficiado, a gestão está trabalhando para que em apenas trinta dias o beneficiário já saia com a pensão. Para finalizar, Ricardo Santiago convidou a Comissão para ir ao IPM e conhecer de perto o Instituto e explicou que as pequenas mudanças de gestão que fez foram puramente de maneira técnica e não política ou partidária. Dr. Eron sugeriu a







possibilidade de fazer coparticipação desde que ofereça uma situação boa para o IPM. Sugeriu também a possibilidade de fazer convênio com as cooperativas de médicos, explicando que só teria direito quem de fato contribuísse com o IPM. Por último disse que o superintendente podia ficar a vontade para levar o debate para essa Casa Legislativa. Ricardo Santiago explicou que a sustentabilidade do IPM é diferente de todas que tem no mercado e afirmou que esse debate é importante fazer para encontrar alternativas, todas as sugestões serão analisadas. Dr. Eron perguntou como está o relacionamento com os credenciados. Paulo Melo, diretor do IPM Saúde, explicou ser um tratamento muito profissional, adequado e ético. Com a palavra, Ricardo Santiago disse ter recebido proposta de reajuste, nesse caso sempre pede posicionamento da assessoria técnica, para saber como o IPM está se situando no mercado, se está na média, abaixo ou acima do mercado. Com base nas informações recebidas conversa com o presidente e sabe qual será o seu posicionamento e quais argumentos deve ter para ir para uma negociação, não toma decisões sem antes ouvir a assessoria técnica. Em seguida falou da sua preocupação de fazer uma discussão aberta e mais honesta possível, que seja colocada no legislativo, chamando a imprensa para mostrar e fazer um comparativo no mercado. Afirmou que o IPM saúde tem dificuldade e hoje existe um grande problema da saúde que de um modo geral no brasil é o financiamento. Dr. Gardel perguntou se o déficit do IPM é relacionado mais à previdência ou à saúde. Ricardo Santiago respondeu que previdência e saúde são CNPJs diferentes. No entanto, hoje, operacionalmente, tem déficit real no IPM Saúde. A previdência hoje não existe déficit, mas se pegar um cálculo atuarial para saber a previsão de futuro, vai ter. Frisou que essa discussão da previdência constitui um problema nacional. Enfatizou que está fazendo uma gestão diminuindo os ralos, com várias ações utilizando muito a assessoria técnica. Outra forma de trabalhar a gestão de recursos escassos é você fazer uma curva abc. Quem são os meus maiores fornecedores de serviços e os quais traria maior impacto se o IPM deixasse de honrar com seus compromissos. Diminuindo despesas e gastando melhor o recurso auferido. O vereador Dr. Porto deu como exemplo, ao tempo que o mesmo fora superintendente do Instituto, o quesito do stent farmacológico que em sua gestão era cobrado R\$ 14.000,00, passando para R\$ 11.500,00, e por fim a redução já estava no patamar de R\$ 7.500,00. Atualmente o stent farmacológico está sendo adquirido por R\$ 4.000,00. Alertou, ainda, o vereador Porto, a questão da órtese e prótese, que no mercado é vendido por R\$ 3.500,00 e ofertado ao IPM no valor de R\$ 32.000,00, pelo fato deste mercado ser restrito restando sua comercialização na mão de 3 (três) fornecedores. Segundo o novo superintendente do IPM isso já foi pacificado, e diante dessa sangria, o IPM vem negociando não só com hospitais, mas em especial com fornecedores diretos para diminuir tal custo de aquisição. O servidor da Casa recebe em média de R\$ 2.000,00, contribuindo para o sistema no percentual de 2%, ou seja, R\$ 40,00. Vale ressaltar que nesse valor individual ainda estão acobertados os agregados do ceio familiar do servidor. A intenção dessa nova gestão não é simplesmente equilibrar as finanças e sim além do equilíbrio fomentar a qualidade do serviço. Conforme as próprias palavras do superintendente o IPM não quer oferecer menos e também não

Rua Dr. Thompson Bulcão, 830 – Bairro Patriolino Ribeiro Gabinete 39. Fone: (85) 3444.8300 - Ramal 8363 E-mail – vereadordr.porto@gmail.com





quer dar mais do que é previsto no regulamento que rege o sistema. Vale ressaltar que realizando os serviços já previstos aos seus segurados já se trona bem complicado para o IPM a sua efetivação exatamente pela escassez dos recursos angariados. O que mantém a saúde de um programa ou plano é a sua solidariedade de quem não usa para os que se beneficiam diretamente. No caso do IPM nós temos uma inversão de fatores. Todo mundo usa e usa muito. Apesar de existir uma limitação de 2 (duas) consultas mês por família, no caso de emergência o atendimento não obedece nenhum tipo de restrição. Em média cada consulta gera 8 (oito) exames. E isso onera muito o sistema. O IPM possui uma faixa etária entre seus segurados de 40 à 90 anos, fatia essa equivalente a 54% dos usuários, e que recaem sobre ela o maior número de atendimentos e exames. Devendo assim o IPM sempre buscar um equilíbrio nas finanças, bem como zelar pela qualidade do serviço prestado. Havia uma correria, algo mesmo cultural no IPM, no período compreendido entre o dia primeiro até o quinto dia útil do mês, pois os segurados ficavam receosos de não serem contemplados com os agendamentos, consultas e exames gerados pelo IPM. Hoje o IPM possui 250 cadeiras de acomodação aos seus segurados que aguardam para serem atendidos de forma digna em um ambiente totalmente estruturado, superando até mesmo nesse quesito prestadoras outras de serviços de saúde como a Unimed e Hapvida. O superintendente quando tomou posse dessa nova função não entendia porque no Laboratório Emílio Ribas tinha uma placa informando que só atenderia 50 senhas de exames para os utilitários do IPM, enquanto para as demais prestadoras não havia essa restrição. Foi quando o superintendente convocou sua gestão e procurou averiguar se o IPM estava com alguma pendência junto ao laboratório acima citado, quando na oportunidade fora informado ao mesmo que não havia nenhuma pendência financeira. Com essa informação o superintendente interviu junto a diretoria do laboratório para pedir explicações diante daquele fato, quando tivera suas ponderações aceitas e retiradas as placas com tais dizeres. O vereador Dr. Eron indagou ao superintendente se o paciente, segurado do IPM, quando se utilizava do serviço nas clínicas era identificado por meio de identificação digital. Em sequência o superintendente acenou positivamente, onde de pronto recebeu os parabéns do vereador que afirmou que tal medida já era um bom sinal para o controle adequado e o devido acompanhamento das demandas reais. O superintende afirmou ver na Comissão de Saúde da Câmara um grande aliado e que essa mudança no trato da saúde dos servidores municipais seria efetivada em conjunto. O superintende apelou aos membros da Comissão que conscientizassem as pessoas que se utilizam menos dos serviços advindos do IPM que não deixassem de contribuir como filiado, mesmo possuindo outro plano privado. Infelizmente o superintendente vem recebendo diariamente decisões judiciais com ordem de exclusão desses filiados que embora sejam obrigados a contribuírem pelo regulamento do Instituto, se valem de uma súmula que desobriga o segurado de ter descontado em seu salário essa cota compulsória. Para o superintendente esses casos denotam uma sangria muito grande nas finanças do Instituto e que de certa forma essas decisões acabam por não preservar o bem público da saúde. Como o próprio superintendente havia dito anteriormente, o IPM tem regras e assim quer segui-las não

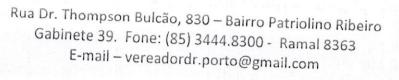






oferecendo mais do que previsto e muito menos oferecer um serviço abaixo do capitulado. Aquilo que não está no rol de procedimentos a gestão não tem respaldo para autorizar, exatamente por resguardar o recurso auferidos pelo IPM. O vereador Plácido Filho indagou se o IPM tem alguma previsão para a reforma da previdência dos servidores municipais. Em atenção ao questionamento levantado, o superintendente afirmou que tal abordagem de reforma na previdência ainda está sendo em contexto nacional, sendo prematuro qualquer posicionamento do Instituto nessa matéria, mesmo porque as diretrizes são traçadas de cima para baixo, ou seja, cabe a União definir as mudanças para que os entes assim se adequem ao novo sistema. Outro ponto levantado pelo vereador Plácido foi quanto a questão de previsão de concursos até mesmo para aumentar a fonte de recursos por parte do IPM. O superintendente se posicionou no sentido que ainda não há uma previsão para a realização desses concursos até porque antes dessa medida existe uma problemática a se enfrentar que seria a questão do plano de cargos e salários dos funcionários do IPM que ainda prescinde de tal regulamentação. Aproveitando o gancho o vereador Plácido indagou ao superintendente se a exclusão do servidor de ter descontado em seu salário de forma compulsória os 2% estava acontecendo por meio administrativo ou somete pelas vias judicias. Como dito em momento anterior tal medida de exclusão, até mesmo porque retrata uma sangria ao próprio IPM e pelo fato de tal desconto está previsto em regulamento, só está sendo processada por meio das vias judiciais. Se tal medida fosse acobertada administrativamente, e ainda pelo fato de em alguns casos os pedidos contemplarem parcelas retroativas, a sangria seria ainda maior. O superintendente ainda ressaltou que a exclusão desse servidor do bolo assistencial para o sistema, não afeta somente seus 2% e sim gera um prejuízo de 6%, já que o município deixara de contribuir com seus 4% na demanda aqui retratada. O que falta na realidade é um trabalho de conscientização e humanização dos usuários e contribuintes de maneira geral, já que o fim último é o bem estar da saúde como um todo. Em ato contínuo o vereador Dr. Posto agradeceu mais uma vez pela explanação dada com maestria pelo superintendente do IPM, Sr. Ricardo Santiago, bem como a assessoria dada pelo diretor de saúde do IPM, Sr. Paulo Melo. Por fim o vereador Dr. Porto, na qualidade de presidente da Comissão de Saúde, garantiu total apoio a essa nova gestão do IPM propiciando sempre essa conexão salutar para enfrentamento desses desafios ora existentes. Nada mais havendo a tratar, o presidente Dr. Porto declarou encerrada a Reunião Ordinária e eu, Eligia Cavalcante, secretária, levarei a presente Ata, que segue assinada por todos os presentes.

Ver. Dr. Porto (PRTB) - Presidente	
Ver. Ziêr Ferrer (PDT) - Vice-presidente	





Ver. Br. Eron Moreira (PP) - Membro Ver. Gardel Rolim (PPL) - Membro Ver. Iraguassú Filho (PDT) - Membro Ver. John Monteiro (PDT) - Membro Ver. Plácido Filho (PSDB) - Membro



Câmara Municipal de Fortaleza Coordenadoria das Comissões Técnicas

COMISSÃO DE SAÚDE E SEGURIDADE SOCIAL

FOLHA DE FREQUÊNCIA BIÊNIO 2017 / 2018

REUNIÃO DO DIA DE 12900 15017 **MEMBRO EFETIVO PARTIDO ASSINATURA** DRº. PORTO (Presidente) **PRTB** ZIÊR FERRER (Vice-Presidente) PDT IRAGUASSÚ FILHO (Membro) PDT DRº. ERON What oull (Membro) PP GARDEL ROLIM (Membro) PPL JOHN MONTEIRO (Membro) PDT PLÁCIDO FILHO (Membro) **PSDB** MEMBRO SUBSTITUTO **PARTIDO ASSINATURA** PLETIVO EM EXERCÍCIO DE MANDATO **PARTIDO** ASSINATURA Coordenadoria das Comissões Técnicas